

взаимный обмен представителями воинских частей и военных учебных заведений;

визиты военных кораблей и самолетов ВВС;

направление наблюдателей на учения, а также проведение совместных учений и тренировок по миротворческой тематике, поиску и спасанию на море;

проведение конференций, семинаров и симпозиумов;

консультации по актуальным военно-политическим темам;

проведение социальных, культурных и спортивных мероприятий.

По согласию Сторон могут развиваться другие формы сотрудничества.

Статья 4

Сотрудничество между Сторонами осуществляется в соответствии с ежегодными планами, разрабатываемыми на основе предложений Сторон, внесенных до 15 июля предшествующего года.

После согласования годовые планы подписываются уполномоченными представителями Сторон.

Статья 5

Обмен делегациями Сторон осуществляется на основе принципа взаимности и в соответствии со следующими положениями:

направляющая Страна берет на себя расходы по транспортировке своей делегации, а также суточные и страховку;

принимающая Страна берет на себя расходы по транспортировке, проживанию и питанию на своей территории, а также неотложное медицинское обслуживание;

направляющая Страна берет на себя расходы по проживанию и питанию делегации численностью более 10 человек, если Стороны не приняли иного решения;

форма распределения расходов за обучение специалистов (стажировка, переподготовка), демонстрацию вооружения и военной техники, техническое содействие и оказание других услуг регулируется отдельными Протоколами, заключаемыми между Сторонами.

Статья 6

Стороны обеспечивают защиту информации, полученной в ходе подготовки и проведения мероприятий сотрудничества в рамках настоящего Соглашения.

Информация, полученная в процессе сотрудничества между Сторонами, не будет использоваться в ущерб интересам Португальской Республики и Российской Федерации.

Стороны обязуются не предоставлять третьим странам, а также лицам или учреждениям информацию, полученную в результате двустороннего сотрудничества, без предварительного письменного согласия Стороны, являющейся источником этой информации.

Статья 7


Любые споры, касающиеся толкования или применения настоящего Соглашения, решаются Сторонами посредством переговоров.

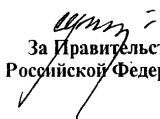
Статья 8

Настоящее Соглашение вступает в силу с даты последнего письменного уведомления о выполнении Сторонами внутригосударственных процедур, необходимых для его вступления в силу.

Настоящее Соглашение заключается сроком на пять лет и будет автоматически продлеваться на годичные периоды, если не менее чем за шесть месяцев до истечения очередного срока его действия ни одна из Сторон письменно не уведомит другую Сторону о своем намерении прекратить его действие.

Совершено в г. Москве "06" "08" 2000 г. в двух экземплярах, каждый на португальском и русском языках, причем оба текста имеют одинаковую силу.


За Правительство
Португальской Республики


За Правительство
Российской Федерации

Resolução da Assembleia da República n.º 30/2003

Processo penal e novos rumos de política criminal (responsabilidade penal das pessoas colectivas e mediação penal) — Audição parlamentar de avaliação.

A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, realizar uma audição parlamentar, concluída até ao dia 30 de Junho de 2003, dedicada, por um lado, à reavaliação das condições de efectivação e das possibilidades de aperfeiçoamento do regime legal do processo penal e, por outro, à reflexão, análise e problematização dos novos rumos da política criminal, nomeadamente nas matérias da responsabilidade penal das pessoas colectivas e da mediação penal, para a qual, através da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, deverão ser convidadas, segundo o calendário e o modelo de participação e concretização que melhor sirva o desiderato proposto, as seguintes entidades:

- O Conselho Superior da Magistratura;
- O Procurador-Geral da República;
- A Ordem dos Advogados;
- As associações representativas dos magistrados judiciais e do Ministério Público;
- O Centro de Estudos Judiciários;
- As autoridades de polícia que integram o conselho de coordenação;
- O Instituto de Reinserção Social;
- O Observatório Permanente da Justiça;
- O Instituto da Droga e da Toxicodependência;
- A Comissão de Indemnizações Devidas às Vítimas de Crimes;
- A Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco;
- As associações não governamentais de defesa dos direitos humanos;

Personalidades universitárias especialistas de direito penal.

Aprovada em 20 de Março de 2003.

O Presidente da Assembleia da República, *João Bosco Mota Amaral*.

Resolução da Assembleia da República n.º 31/2003

Medidas de enquadramento das praxes académicas

A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, recomendar ao Governo que:

1 — Seja elaborado um estudo tão exaustivo quanto possível acerca das práticas académicas dos mais diversos estabelecimentos do ensino superior, de molde a perceber em que consistem tais práticas, até que ponto é que elas se têm consubstanciado em abusos e, ainda, a eventual existência de regulamentação interna das instituições e respectivas comissões de praxe.

2 — Sejam contactadas as instituições representativas dos estabelecimentos do ensino superior e dos estudantes do ensino superior para que o Governo possa, no mais curto espaço de tempo possível, legislar sobre o regime disciplinar dos estudantes do ensino superior.

Aprovada em 3 de Abril de 2003.

O Presidente da Assembleia da República, *João Bosco Mota Amaral*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Decreto-Lei n.º 83/2003

de 24 de Abril

Tem-se registado nos últimos anos um aumento significativo do recurso ao crédito por pessoas singulares. Incluída no contexto de resposta a preocupações referentes à prevenção do sobreendividamento, encontra-se a adopção de medidas que contribuam para que as entidades responsáveis pela concessão de crédito possam dispor de mais elementos relevantes na avaliação do risco de crédito.

Ainda que todas as instituições de crédito possam aceder às informações da Central de Riscos de Crédito do Banco de Portugal, tem sido reconhecido que apenas as que exercem actividades de captação de depósitos e de movimentação dos mesmos através de cheques têm acesso à informação do Banco de Portugal sobre utilizadores de cheque que oferecem risco. Daí resulta, para as demais instituições de crédito, a ausência de um elemento essencial para a análise, controlo e prevenção do risco de crédito, o que não se coaduna com os deveres prudenciais estabelecidos e cujo cumprimento é imposto uniformemente.

Sendo a informação relativa aos utilizadores de cheque que oferecem risco essencial para a eficácia da referida avaliação do risco de crédito, revela-se necessário autorizar o acesso, por parte de todas as instituições de crédito indicadas como tal no artigo 3.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, às informações do Banco de Portugal sobre inibidos do uso do cheque, relevantes para a avaliação do risco de crédito.

Foram ouvidos o Banco de Portugal, a Associação Portuguesa de Bancos, a Associação de Sociedades Financeiras para Aquisições a Crédito e a Comissão Nacional de Protecção de Dados.

Assim:

No uso da autorização legislativa conferida pela Lei n.º 25/2002, de 2 de Novembro, e nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro

O artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com a redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 3.º

Listagem

1 — As entidades que tenham sido objecto de rescisão de convenção de cheque ou que hajam violado o disposto no n.º 5 do artigo 1.º são incluídas numa listagem de utilizadores de cheque que oferecem risco a comunicar pelo Banco de Portugal a todas as instituições de crédito.

2 —

3 —

4 — É expressamente autorizado o acesso de todas as instituições de crédito indicadas como tal no artigo 3.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, a todas as informações disponibilizadas pelo Banco de Portugal relativas aos utilizadores de cheque que oferecem risco, tendo em vista a avaliação do risco de crédito de pessoas singulares e colectivas.

5 — Compete ao Banco de Portugal regulamentar a forma e termos de acesso às informações quando estas se destinem à finalidade do número anterior, com base em parecer previamente emitido pela Comissão Nacional de Protecção de Dados.

6 — Todas as informações fornecidas pelo Banco de Portugal devem ser eliminadas, bem como quaisquer referências ou indicadores de efeito equivalente, logo que cesse o período de permanência de dois anos, haja decisão de remoção da listagem ou se verifique o termo de decisão judicial, excepto se o titular nisso expressamente consentir.»

Artigo 2.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 27 de Março de 2003. — *José Manuel Durão Barroso* — *Maria Manuela Dias Ferreira Leite* — *Carlos Manuel Tavares da Silva*.

Promulgado em 10 de Abril de 2003.

Publique-se.

O Presidente da República, *JORGE SAMPAIO*.

Referendado em 14 de Abril de 2003.

O Primeiro-Ministro, *José Manuel Durão Barroso*.